



# **Parecer Jurídico**

# **Julgamento**



**MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU**  
**ESTADO DO PARANÁ**

*Avenida 04 de Setembro, 614 – centro – CEP: 85195-000 – Reserva do Iguaçu – PR*  
CNPJ: 01.612.911/0001-32



**PARECER JURÍDICO II**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2021**

**ASSUNTO:** Parecer jurídico a respeito de julgamento de licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2021**, objetivando a aquisição de material gráfico e material para comunicação visual para atender a demanda das secretarias.

**INTERESSADO:** Departamento de Licitações/ Gabinete do Prefeito

**1. Relatório**

Trata o presente de solicitação da Comissão de Licitação para análise do presente procedimento licitatório, visando a sua homologação, em virtude do resultado apresentado no julgamento do **Pregão n.º 055/2021** e adjudicação pelo Pregoeiro.

A presente licitação foi processada e julgada com a observância dos procedimentos do artigo 43, incisos I, III, IV e V, da Lei n.º 8.666/93, do artigo 4º. da Lei 10.520/02 e dos Decretos Municipais 143/2014.

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa para aquisição de material gráfico e material para comunicação visual, conforme Anexo I - termo de referência .

Verificou-se que o aviso de licitação foi publicado (e o Edital estava à disposição dos interessados) no dia 20 de setembro de 2021 (folhas n. 157).

A abertura do **Pregão n.º 55/2021** foi realizada às 08h:30min do dia 04 de outubro de 2021, portanto, o prazo de 8 (oito) dias úteis foi cumprido pelo Pregoeiro.

Os seguintes proponentes foram credenciados pela pregoeira e sua equipe de apoio: **NEIMAR STRAESSER DA CRUZ03858752908** inscrita no



**MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU**  
**ESTADO DO PARANÁ**

Avenida 04 de Setembro, 614 – centro – CEP: 85195-000 – Reserva do Iguaçu

PR

CNPJ: 01.612.911/0001-32



CNPJ sob nº 42.272183/0001-44, representada neste ato pelo Sr. Neimar Straesser da Cruz, inscrito no CPF sob nº 038.587.529-08. **R. PICOLO – GRAFICA E INFORMATICA - ME** inscrita no CNPJ sob nº 10.920.812/0001-09, representada neste ato pelo Sr. Roberson Pícolo , inscrito no CPF sob nº 047.339.939-35. **GRAFICA TUSSI LTDA - ME** inscrita no CNPJ sob nº 09.571.885/0001-53, representada neste ato pelo Sr. Marcus Vinicius Braz Santos, inscrito no CPF sob nº 068.823.216-71. **KAMILA SCHIMIT FIOR EDITORA NOVO HORIZONTE**, inscrita no CNPJ sob nº 31.958.918/0001-71, representada neste ato pelo Sr. Elio Antonio Fior, inscrito no CPF sob nº 427.665.150-34.

Iniciada a fase de julgamento das propostas os membros da equipe de apoio e participantes assinaram os envelopes. Nesta fase constatou-se que a empresa KAMILA SCHIMIT FIOR EDITORA NOVO HORIZONTE, não apresentou quadro societário no arquivo proposta, impossibilitando a importação do arquivo. A pregoeira, em acordo com os demais proponentes permitiu (concedendo um período de tempo) que a proposta fosse gravada corretamente.

Passou-se a fase de lances verbais/negociação com a empresa vencedora, podendo ser verificados nas páginas 271 e seguintes do processo. Obtido os vencedores, passou-se a abertura dos envelopes de documentação dos vencedores. Sendo que foram declaradas habilitadas.

A pregoeira adjudicou o objeto conforme classificação constante as folhas n. 272 e seguintes, não houve manifestação por interposição de recurso.

O Art. 4.º , Inciso XX da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, prevê que a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

Após, o Prefeito Municipal, querendo, poderá praticar o ato administrativo de "**HOMOLOGAÇÃO**" para finalizar a contratação das empresas vencedoras, visando a contratação do objeto adjudicado.



**MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU**  
**ESTADO DO PARANÁ**

Avenida 04 de Setembro, 614 – centro – CEP: 85195-000 – Reserva do Iguaçu –  
PR

CNPJ: 01.612.911/0001-32



Homologação é a confirmação, o aceite ou o endosso que a autoridade superior ao Pregoeiro apõe ao processo licitatório como até então efetuado, se com ele concorde. Se não concordar com algum ato praticado pelo Pregoeiro, a autoridade não homologa o procedimento, devolvendo-lhe para refazimento. A autoridade que não homologa, não refaz ato algum do certame, mas manda que quem o praticou irregularmente o refaça.

Ao homologar a licitação, nesse caso, o Prefeito Municipal assume a responsabilidade pelo trabalho que o Pregoeiro lhe apresentou, como quem avaliza ou endossa um título.


## **2. CONCLUSÃO**

Pelo Exposto, entende esta Assessoria Jurídica que o procedimento licitatório – **Pregão n.º 055/2021** atendeu aos requisitos previstos na Lei n.º 8.666/93, na Lei n.º 10.520/02 e no Decreto Municipal n.º. 143/14, podendo, portanto, ser **HOMOLOGADO**, desde que observados os apontamentos acima expostos.

Sendo este o parecer salvo melhor ou superior juízos, excluídos estão os juízos de oportunidades e conveniência da presente contratação, os quais já foram expostos em outras oportunidades, versando apenas sobre a regularidade do julgamento da licitação.

É o parecer. Salvo melhor ou superior juízo.

Reserva do Iguaçu, 05 de outubro de 2021.

  
**ALDAIR BATISTA PEGO**  
Procurador do Município  
OAB/PR n.º 50472